

SEGUNDO ENCONTRO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE DOCENTES

Carlos Eduardo Baldijão

Instituto de Ciências Biomédicas da USP

Histórico

As Associações de Docentes (ADs) de diferentes estados reuniram-se pela primeira vez em julho de 1978 durante a realização da SBPC. Foi um encontro informal, convocado por um cartaz colocado na secretaria do Congresso da SBPC, que reuniu 17 associações e se discutiu a necessidade de realização de encontros nacionais com a finalidade de organizar a luta das ADs a nível nacional, fortalecer as ADs existentes e incentivar a criação delas onde não existissem.

Discutiu-se acaloradamente o caráter de um encontro nacional e sua representatividade. Decidiu-se que esses encontros deveriam ser abertos à participação de qualquer docente, com direito a voz e que a votação seria por entidade, garantindo-se assim a participação ampla e a representatividade das ADs. Decidiu-se ainda respeitar sempre a autonomia de cada AD dando caráter consultivo ao encontro cujas decisões deveriam ser ratificadas ou não pelas bases.

Assim, realizou-se o I Encontro Nacional de Associações de Docentes em São Paulo, no mês de fevereiro de 1979, cuja pauta abrangia temas como a democratização da Universidade, questões trabalhistas e salariais, triagem ideológica e problemas de ensino e pesquisa. Este primeiro encontro foi de grande valia pois possibilitou a troca de experiências entre as diferentes ADs. Neste encontro firmou-se como temas gerais de luta:

1. Pelo Ensino Público e Gratuito em todos os níveis.
2. Pela Democratização da Universidade.
3. Por melhores salários e condições de trabalho.
4. Contra o controle ideológico.

Em julho do mesmo ano, novamente durante a SBPC, em Fortaleza, as ADs se reuniram em um simpósio proposto pela ADUSP à SBPC. Nesta reunião tomou-se uma iniciativa importante: a criação de uma coordenação de nível nacional, distribuindo-se a responsabilidade por diferentes regiões do país (norte, nordeste, centroeste, etc.) com a finalidade de facilitar o contato entre todas as ADs. Marcou-se, nesta reunião, um

Encontro Extraordinário em Salvador para o mes de setembro. Neste Encontro Extraordinário discutiu-se mais objetivamente o encaminhamento de campanhas salariais a nível nacional tanto para as Universidades Públicas como para as particulares. Aliás, pela primeira vez as Universidades privadas se reúnem e levantam propostas contendo cinco pontos básicos que incluem:

1. Campanha Nacional para a criação de Associações de Docentes em Universidades e Escolas isoladas.

2. Campanha Nacional de Sindicalização dos professores universitários.

3. Luta pela democratização nas decisões da Universidade com a participação das ADs nos órgãos colegiados.

4. Unificação nacional da data base (1º de abril) das convenções coletivas de trabalho, contendo os seguintes pontos mínimos: (a) regulamentação e renouso remunerado semanal (4 semanas e meia, mais 1/6 do salário); (b) instituição do contrato de trabalho com tempo reservado à pesquisa, à preparação de aulas e à correção de trabalhos e provas de alunos. Esse tempo deve ser remunerado com o mesmo valor da hora aula e deve ser, no mínimo de 1/4 do total de horas aula; (c) garantia ao professor, durante o ano letivo, do recebimento de todos os salários, ainda que demitido (entendendo-se ano letivo como o período de março a fevereiro); (d) garantia de um compromisso por parte das instituições de ensino com o aperfeiçoamento profissional dos professores.

5. Necessidade da existência de carreira docente em todas as instituições de ensino.

As Universidades Públicas, na maioria Universidades Federais, discutem também questões trabalhistas, manifestando-se pela absorção do professor, colaborador e do horista no quadro funcional das Universidades. Não admitem a existência do professor horista, sob nenhuma hipótese e definem as condições especiais em que se configura a necessidade de contratação de professor colaborador.

O "Pacotão" da educação é discutido também neste Encontro Extraordinário que se manifesta contrário à forma como foi elaborado e encaminhado por ser eminentemente autoritária. Quanto ao conteúdo, considerou-se inaceitável a escolha e nomeação dos dirigentes universitários e os ante-projetos de regulamentação das Autarquias de Regime Especial.

Propõem-se uma reformulação do Ante-Projeto de Reestruturação da carreira do Magistério Superior, incorporando-se às reinvidicações das ADs.

A plenária final propõe também a intensificação das lutas sa

lariais e trabalhistas unificando estas campanhas através de um Dia Nacional de Reivindicações Salariais, Trabalhistas e de Carreira nas Instituições de Ensino Superior. Esse dia foi marcado para 26 de setembro de 1979, no qual, nos locais onde fosse possível, deveriam haver paralizações nos três períodos do dia para discussão.

Neste encontro foi reafirmada a posição já aprovada no I Encontro:

1. Pelo Ensino Público e Gratuito.
2. Pela democratização da Universidade.
3. Por melhores salários e condições de trabalho.
4. Contra o controle ideológico nas Universidades.

Entre várias resoluções aprovou-se também:

1. Apoiar os movimentos de reivindicação salarial e melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores urbanos e rurais.
2. Solidarizar-se com os movimentos reivindicatórios dos professores de 1º e 2º graus.

Neste Encontro Extraordinário, define-se a pauta para o II Encontro Nacional:

1. Perspectivas da Universidade Brasileira (verbas, estrutura de poder e relações com a sociedade).
2. Questões salariais e trabalhistas (Campanha Salarial de 1980).
3. Formas de organização das Associações de Docentes a nível nacional.
4. Formas de ação em relação à política educacional.

Os pontos de discussão aqui mencionados, é claro, não são a totalidade das discussões havidas, mas representam sua essência.

II Encontro

O breve relato feito a respeito das reuniões havidas a nível nacional são, a nosso ver, relevantes para a compreensão da importância com que se revestiu o II Encontro Nacional.

Em primeiro lugar, notamos que a parte definida para este encontro não difere das demais. Permanecem as preocupações levantadas desde a primeira reunião informal em julho de 1978. Quanto teríamos nós, professores, avançado em nossas lutas? Durante este período foram elaborados o "Livro Negro da USP" e também da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, diversas ADs foram criadas por todo o país, travaram-se lutas em diversas Universidades; mas quanto avançamos em termos da efetiva concretização dos propósitos definidos? Teríamos conseguido unificar nacionalmente nossas lutas?

Por ocasião do II Encontro, a política educacional continua-

va mostrando uma progressiva desobrigação por parte do Estado com o custeio da educação, e uma assustadora expansão do ensino privado. Mais de 70% do Ensino Superior no Brasil está nas mãos de particulares e a educação transformada em mercadoria. No Estado de São Paulo o quadro é assustador: mais de 90% das Instituições de Ensino Superior são particulares. Em todo o país o ensino cai a níveis abaixo da crítica, desde o 1º grau. Apesar do número de universitários haver atingido a casa de 1.500.000, a escolaridade média do povo brasileiro é cerca de 1,7 anos, caracterizando também uma incrível elitização do ensino.

Apesar das campanhas conduzidas pelas ADs, e das declarações do governo, de dissolução das assessorias de segurança, a triagem ideológica continua. Inúmeros professores não são contratados por razões de ordem político-ideológica. O número de professores demitidos em todo o Brasil por participar ativamente nas ADs é assombroso, principalmente nas instituições particulares. (Cerca de 300, segundo levantamento feito durante o II Encontro, somente em 1979/80).

A democratização das Universidades, dentro do já exposto, acompanha o ritmo da abertura...

Diante deste quadro as ADs reunidas em João Pessoa demonstram uma disposição de fazer avançar, em termos nacionais, os diversos pontos amadurecidos em discussões das reuniões anteriores.

Assim, aprova-se: fazer uma Campanha Nacional pelo Ensino Público e Gratuito, apoiando-se a criação de Comitês de Defesa do Ensino Público em todo o país, com a participação de Associações e Sindicatos de professores de todos os níveis, das associações discentes (UNE, UEEs, DCEs, etc.), setores democráticos e populares organizados (Movimento pelo Custo de Vida, Comunidades de Base, Associações de Bairro) e demais setores democráticos da sociedade civil; aproveitar sempre as campanhas salariais como momentos oportunos de denúncia da atual política educacional; exigir a imediata eliminação da cobrança de taxas escolares nas instituições de ensino público.

Quanto às questões salariais e trabalhistas foram aprovados diversos pontos relacionados com a campanha salarial, Projeto de Carreira e formas de luta. Estabeleceu-se o dia 17 de abril como Dia Nacional de Luta pelo Reajuste Salarial quando se discutia a possibilidade de uma greve nacional.

Outro ponto importante foi quanto à necessidade das ADs unirem-se aos professores de 1º e 2º graus nas suas lutas, quer de Instituições Públicas, quer de Instituições Privadas.

As Instituições de ensino privado reafirmam as propostas aprovadas no encontro de Salvador e avançam em algumas questões como

a dotação de verbas públicas para o ensino privado. Consideram que estas verbas vêm atender mais aos interesses dos proprietários das instituições e menos ao ensino, que as verbas já concedidas devem ser aplicadas estritamente na melhoria do ensino e de melhores salários e que sua utilização seja fiscalizada pela Comunidade Acadêmica com a participação das ADs. Propõem ainda, que em reunião extraordinária das ADs durante a SBPC de 1980, baseada em discussões prévias em todas as ADs, se discuta uma política para concessão de verbas para as instituições privadas, bem como o processo de sua desprivatização dentro do princípio de que o ensino deve ser público e gratuito em todos os níveis.

Com relação à Organização Nacional de Associações de Docentes discutiu-se profunda e acaloradamente sobre a necessidade de uma direção nacional e suas possíveis formas.

Em primeiro lugar, considerou-se imprópria e anti-democrática uma decisão neste encontro a respeito da criação de uma entidade nacional. No entanto, sentiu-se a necessidade da existência de uma direção a este nível, que por diversas razões a Coordenação Nacional se vê impossibilitada de exercer. A Coordenação Nacional foi criada em 1979 como alternativa à uma direção nacional, pois na época considerou-se precipitada qualquer decisão a respeito pois, poder-se-ia correr o risco de criar-se apenas uma sigla sem dar-se efetivamente um salto qualitativo ao movimento das ADs. Por outro lado, a criação da Coordenação Nacional poderia servir de experiência para determinar-se futuramente sobre a melhor forma de organizar-se uma direção nacional.

No entanto, o entendimento geral pode ser resumido pelo documento dos colegas da Bahia que afirmam:

"A falta de funcionamento da Coordenação Nacional tirou-nos a oportunidade de obter a experiência desejada. Contudo, não concluímos daí da inviabilidade de uma direção nacional, que agora já se está fazendo necessária, não apenas pelo grande número de ADs atualmente existentes, como também pelos aspectos nacionais de muitas lutas ora encetadas pela comunidade universitária. Achamos porém, que a criação de uma Direção Nacional deva ser objeto de discussão ampla em todas as ADs de forma a definir-se o tipo de organização desejado e os limites de sua competência enquanto órgão nacional, processo que, a nosso ver, ocupará todo o ano em curso."

É consenso também a necessidade da manutenção da Coordenação Nacional até a criação de uma Direção Nacional, fortalecendo a Coordenação através da definição de tarefas e apoio financeiro.

Assim, após profunda discussão, a plenária do Encontro aprovou, por unanimidade, duas propostas.

A primeira relativa ao fortalecimento da Coordenação Nacional com a criação de uma secretaria executiva, o estabelecimento de uma mensalidade de Cr\$ 1.000,00 por AD e atribuição das seguintes responsabilidades à secretaria da Coordenação Nacional:

1. Recolher e divulgar informações das ADs e outras de interesse geral (projetos de lei, decretos, etc.).
2. Editar e distribuir o Boletim Nacional.
3. Convocar reuniões.
4. Organizar levantamento sobre as ADs.
5. Administrar o fundo financeiro da Coordenação Nacional.

A proposta estabelece também tarefas à Coordenação Nacional tais como: manter as ADs informadas sobre os assuntos de interesse da comunidade universitária, coordenar as lutas a nível nacional, reunir-se duas vezes ao ano ordinariamente, sendo que estas reuniões devam ser precedidas de encontros regionais e outras atribuições.

O plenário aprovou também uma distribuição regional com o respectivo número de representantes na Comissão Nacional.

Quanto às formas alternativas de Organização Nacional deliberou-se por unanimidade:

1. Discutir nas Assembléias Gerais a serem realizadas nas várias ADs, para encaminhamento das campanhas de 1980, as alternativas de organização a nível nacional.

2. Convocar uma reunião extraordinária das ADs para a próxima reunião da SBPC, para deliberar sobre:

- 2.1. A conveniência de criação de uma Entidade Nacional, seu caráter e sua forma de criação.

- 2.2. A cronologia do esforço de organização.

- 2.3. A inclusão nas tarefas imediatas da Coordenação Nacional o estudo da criação de uma Entidade Nacional ou de uma Executiva Nacional das ADs de caráter coordenativo, operando como instrumento de articulação e unificação das lutas desenvolvidas pelas diferentes Associações de Docentes:

- 2.3.1. Cadastro de professores sócios das várias ADs.

- 2.3.2. Esforço para a criação de novas entidades representativas de docentes.

- 2.3.3. Estudo de formas jurídicas sob as quais se possam organizar uma Entidade de caráter Nacional ou uma Executiva Nacional, incluindo: formas de constituição; formas estatutárias; atribuições legais.

Assim, o encontro de João Pessoa estabelece propostas de luta, de caráter nacional para todos os pontos da pauta.

Deste modo, dão-se passos firmes no sentido da unificação das lutas dos professores firmadas no I Encontro, realizado em São Paulo e reafirmadas no Encontro Extraordinário de Salvador.

No entanto, a concretização das propostas aprovadas depende fundamentalmente de um trabalho exaustivo a nível de cada Associação Docente, a começar pela discussão profunda dos resultados do Encontro Nacional de modo a tornar cada associado consciente da importância de sua contribuição no esforço coletivo a ser realizado. Neste sentido as direções das Associações Docentes devem empenhar-se na mobilização de seus colegas, pois somente uma ampla participação possibilita o exercício democrático, absolutamente necessário em todas as decisões e absolutamente imprescindível quando se propõe uma tarefa de nível nacional.

O Encontro Extraordinário a se realizar durante a SBPC deverá avaliar o quanto se caminhou em cada associação durante este primeiro semestre, analisar o resultado das Assembléias, reuniões que discutiram os resultados de João Pessoa.

O grau de mobilização obtido no semestre será uma boa medida para as decisões do próximo Encontro Nacional.